

MEMÓRIA INSTITUCIONAL: UMA REFLEXÃO SOBRE SUA IMPORTÂNCIA PARA A POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA

Eduardo Decorte Medeiros¹
Edmundo José de Bastos Júnior²

RESUMO

Este artigo aborda a memória institucional e suas formas de preservação, com o propósito de avaliar as repercussões identitárias e institucionais para a Polícia Militar de Santa Catarina (PMSC). Utiliza-se do método dedutivo a partir de revisão bibliográfica em obras sociológicas, que estudam a memória e identidade organizacionais, bem como referenciais historiográficos pertinentes à memória institucional da PMSC. Expõe-se como resultado a escassa produção historiográfica, museológica, documental e de outras formas de fortalecimento identitário da PMSC. Conclui-se pela necessidade de conscientização de os gestores da PMSC adotarem medidas no sentido de preservar elementos de memória institucional e sugere-se a criação de um Centro de Documentação e Memória, responsável por reunir acervos audiovisuais, bibliográficos, materiais, museológicos, fotográficos, referenciais, coleções e banco de depoimentos.

Palavras-Chave: Memória institucional. Identidade. Valores. Organizações.

1 Bacharelado em Ciências Policiais no Curso de Formação de Oficiais da Academia de Polícia Militar da Trindade (APMT), Florianópolis-SC; Especialista em Direito Constitucional; Bacharel em Direito (PUC-Rio). Currículo Lattes: <<http://lattes.cnpq.br/2065933494226261>>. E-mail: eduardodecorte@hotmail.com.

2 Bacharel e Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC); Professor aposentado de Direito Penal da USFC e da Escola Superior de Magistratura de Santa Catarina. Coronel da Reserva não Remunerada. Juiz de Direito aposentado. Email: edmundobastosjr@gmail.com.

1 INTRODUÇÃO

A memória institucional é responsável pela consolidação de costumes, tradições e valores que constituem substrato na construção da identidade de uma organização, com repercussões diretas sobre os integrantes, a imagem e a reputação das organizações.

Considerando a importância desse tema para a PMSC, o presente artigo aborda fontes e formas de preservação da memória institucional, a fim de avaliar a situação existente, sugerir novas formas de preservação do patrimônio histórico-cultural desta Corporação e analisar as repercussões da consolidação da identidade institucional, tanto interna como externamente.

Este artigo está dividido em seções. Após a introdução, inicia-se a seção de desenvolvimento, com a apresentação de aspectos conceituais que fazem da memória o principal componente da identidade institucional. Na sequência, são elencadas suas fontes e formas de preservação, bem como a historiografia, o museu e outras maneiras de preservar a memória institucional da PMSC. Discorre-se ainda acerca da repercussão da identidade institucional sobre a dinâmica interna da Corporação e a maneira como afeta seus membros e gestores, expondo as repercussões externas do fortalecimento da identidade institucional, principalmente no que tange à imagem e reputação da PMSC. Finaliza-se a pesquisa com as considerações finais do autor e as referências utilizadas na elaboração deste artigo.

Para a realização do presente estudo, utilizou-se o método dedutivo, com revisão bibliográfica em obras sociológicas sobre a identidade e a memória organizacional, bem como a produção historiográfica e museológica da PMSC. A obra “Memória e Identidade”, de Joel Candau, forneceu o embasamento conceitual para explicar a ligação entre memória e identidade. Já as repercussões organizacionais de uma identidade consolidada são baseadas nas obras de Paulo Nassar, Stuart Hall e Lídia Fascione.

Por fim, este artigo busca ressaltar a importância da preservação da memória institucional da PMSC, elencando as fontes de memória e as estratégias para garantir a preservação de seu passado. Com isso, espera-se o fortalecimento de sua identidade diante de seus membros e gestores e a melhora de sua imagem, aproximando a Instituição da população.

Somente dessa maneira entende-se que a PMSC, amparada em sua trajetória histórica, poderá legitimar sua atuação e fortalecê-la diante de questionamentos sobre o desempenho de suas atividades.

Projetar para o futuro a identidade organizacional e a cultura da organização é elemento primordial da continuidade das instituições no tempo e fonte de legitimidade de sua atuação social. A própria existência institucional depende de um lastro histórico que justifique sua existência.

2 MEMÓRIA INSTITUCIONAL DA PMSC

Entre indivíduos, a memória é responsável por conferir sentido à vida, formar identidade e senso de pertencimento social. Em uma organização, a memória institucional relaciona-se diretamente com a formação de sua identidade e reputação, possibilitando a construção de uma credibilidade calcada em uma trajetória histórica constante. Nesse percurso, evidenciam-se valores, costumes e tradições, referenciais que formarão o arcabouço valorativo a ser absorvido e transmitido a seus integrantes e à sociedade em que atua (LE GOFF, 2003; WORCMAN, 2004; CANDAU, 2014).

No âmbito das organizações, sobressai o aspecto identitário e unificador propiciado pela memória institucional.

A memória institucional não deve ser pensada apenas como resgate do passado, mas como marco referencial do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros. (WORCMAN, 2004, p. 23)

Pode-se afirmar ainda que a memória constitui matéria-prima da identidade, coletiva ou individual. “Rousseau conta que, ao retomar a consciência, não se lembrava de nada, tendo como consequência perder a noção de si próprio. A perda da memória é, portanto, uma perda de identidade” (CANDAU, 2014, p. 59). Uma pessoa sem memória é uma pessoa sem a consciência de si próprio, pois desconhece aquelas características que o individualizam no mundo e os valores que orientam suas ações.

De acordo com Le Goff (2003, p. 469), “a memória é um elemento essencial do que se costuma chamar identidade, individual ou coletiva, cuja busca é uma das atividades fundamentais dos indivíduos e das sociedades de hoje, na febre e na angústia”. Candau (2014, p. 16) destaca que “a dialética da memória e da identidade que se conjugam, se nutrem mutuamente, se apoiam uma na outra para produzir uma trajetória de vida, uma história, um mito, uma narrativa”.

Candau (2014, p. 96), ao comparar os efeitos dos elementos produtores das memórias sobre a formação da identidade em grupos e indivíduos, expõe que:

O que é verdadeiro para o indivíduo (nascimento, batismo, comunhão, casamento, memória de um ancestral ilustre, acontecimento inaugural de uma linhagem, ‘novo começo’ em razão, por exemplo de uma migração, o é ainda mais na escala dos grupos: cosmogonias, teogonias, archaiologia, viagens, rupturas inaugurais, narrativas e textos de fundação; o discurso feito sobre o acontecimento original terá um papel maior na definição das identidades individuais e coletivas, que será recuado no tempo como, por exemplo, faziam os francos com sua pretensa descendência dos troianos, ou os judeus ao se considerarem descendentes de ‘José, filho de Jacó, filho de Isaac, filho de Abraão’.

A memória institucional, por sua vez, nada mais é do que uma memória coletiva que confere características identitárias a determinada instituição e a seus membros, criando em seus integrantes um vínculo que os identifica perante a sociedade e consolida os valores que regem sua conduta. Essa memória é consubstanciada de diversas maneiras, que se evidenciam na produção de documentos, fotografias, monumentos, lugares de memória, datas de celebração, produção historiográfica, documentários, museus, publicações na imprensa e na internet.

Worrcman (2004, p. 23), estudando a natureza da memória institucional, percebeu-a “como um marco referencial a partir do qual as pessoas redescobrem valores e experiências, reforçam vínculos presentes, criam empatia com a trajetória da organização e podem refletir sobre as expectativas dos planos futuros”.

No Brasil, os primeiros trabalhos acadêmicos que versam sobre memória empresarial são da década de 1960, quando:

Estudos sobre a evolução dessas empresas e seus fundadores passaram a ser objeto de análise de acadêmicos, que buscavam compreender a relação entre os aspectos econômicos, a ideologia e a estrutura paternalista dessas empresas. Nesse momento destaca-se, por exemplo o trabalho de José de Souza Martins em *Conde Matarazzo - O empresário e a empresa*, realizado no final dos anos 60 e publicado em 1976. [...] Nos anos 80, vários fatores contribuíram para que os novos conceitos de memória empresarial fossem aplicados no Brasil. Para além da disseminação dos trabalhos de cunho acadêmico, a própria dinâmica do contexto socioeconômico interno, marcado por uma grave crise econômica e pela redemocratização do País, demandava reflexões mais profundas sobre as mudanças que se impunham, em todas as organizações, públicas e privadas. (GAGETE; TOTINI, 2004, p. 117-118)

Diante disso, é possível afirmar que da preservação da memória institucional da PMSC dependem a consolidação de seus valores, tradições e identidade construídos ao longo de seus 180 anos de existência. Essa identidade, assentada em seus valores e tradições, garante à PMSC credibilidade e legitimidade em suas ações, fortalecendo-a diante de questionamentos sobre desempenho de sua atividade.

Resgatar a memória passou a ser um fator determinante para a Instituição, pois não se trata apenas de um registro da história, mas também de uma ferramenta para a elaboração e consecução de sua missão, valores e métodos.

Faz-se necessário, portanto, destacar a necessidade de resguardar a memória institucional dessa Corporação, elencando as fontes de memória e estratégias para garantir a proteção de seu passado. Com esse entendimento, a PMSC será capaz de transformar sua trajetória em conhecimento útil, compreendendo a memória como agente

catalisador no apoio ao desempenho de sua atividade, elemento de coesão entre seus membros e símbolo de sua responsabilidade social e histórica.

2.1 FONTES E FORMAS DE PRESERVAÇÃO DA MEMÓRIA INSTITUCIONAL

As fontes de formação dessa memória são oriundas de fotografias, documentos, materiais de trabalho e registros históricos, entre outros. A preservação e a manutenção desses elementos permitem o acesso e a disseminação de informações relevantes para os integrantes de uma instituição e para o público, ao qual é destinado seu serviço.

Como consequência, há o recrudescimento do senso de identidade e pertencimento de seus membros, ampliando-se ainda sua credibilidade e confiança nos serviços que prestam. Para a PMSC, favorece a percepção dos policiais militares sobre seu protagonismo na construção da história da Corporação, voltada para a garantia da ordem pública e da paz social.

A finalidade precípua da preservação dos elementos de memória é a sua propagação às gerações vindouras, pois somente assim será garantida a continuidade da Instituição, já que “essa transmissão repetida várias vezes em direção a um grande número de indivíduos está no princípio da reprodução de uma dada sociedade” (CANDAU, 2014, p. 106). Educação, museus, arte e livros são formas de veiculação que, além de transmitir uma memória, geram crença do corpo social em sua própria perpetuação, na fé em raízes comuns e em um destino compartilhado, ou seja, uma consciência identitária.

Por outro lado, não se deve esquecer do risco da perda desses elementos de memória em razão do “afastamento de protagonistas e testemunhas, pela destruição de instalações, máquinas, objetos e documentos, pela desativação de fábricas e escritórios, pelo descarte de objetos, máquinas e documentos, assim como pela demissão [...] de trabalhadores” (NASSAR, 2012, p. 126). Assim sendo, “resgatar a história passou a ser um projeto importante para muitas empresas que perceberam que os registros do passado estavam se perdendo e com eles, a compreensão dos processos passados” (GAGETE; TOTINI, 2004, p. 119).

O descuido nessas situações pode causar perdas irreparáveis para a preservação do patrimônio histórico-cultural das corporações. Por isso, seus gestores devem estar atentos e adotar as medidas necessárias para valorizar a memória institucional, a fim de impedir a perda de objetos, documentos e testemunhos que tenham valor histórico.

2.2 HISTORIOGRAFIA DA PMSC

O relato historiográfico, uma das principais fontes responsáveis pela criação e preservação da memória institucional, trata-se de uma narrativa entre as múltiplas narrativas possíveis dentro do contexto organizacional. Sua construção deve ser alicerçada naquilo que foi ou é considerado relevante para as instituições, tendo em vista que “o valor simbólico atribuído a objetos, a artefatos ou a construções parte da importância que lhes é atribuída pela memória coletiva” (VOGT, 2008, p. 15).

Diferenciando memória de história, Nassar (2012, p. 119-120) afirma que:

[...] é importante fazer uma diferenciação. A história busca produzir um conhecimento racional, uma análise crítica por meio de uma exposição lógica dos acontecimentos e vidas do passado. A memória, por sua vez, também é uma ‘construção do passado, mas pautada em emoções e vivências; ela é flexível e os eventos são lembrados à luz da experiência subsequente e das necessidades do presente’ [...] pode-se definir ‘memória’ como um conjunto de funções cerebrais que permitem ao homem guardar as mensagens, mas há de se levar em conta a permanente possibilidade de seleção desses conteúdos antes de sua evocação. É de fortes sentimentos e emoções que as memórias diversificadas irrompem e invadem a cena pública, buscando reconhecimento, visibilidade e articulação. [...] A história é a reconstrução, por vezes problemática e incompleta, do que não existe mais e demanda análise e discurso crítico típicos de uma operação intelectual; a memória é o fenômeno sempre atual, um elo vivo no presente que instala a lembrança do sagrado. Enquanto a memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem ou no objeto, a história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas.

Memória, portanto, não é um depósito de tudo o que aconteceu. A memória é, por excelência, seletiva. Guarda-se aquilo que por um motivo ou outro tem ou teve algum significado nas vidas das pessoas. Por sua vez, a história é como se organizam e se traduzem para o outro o que se filtra na memória de uma pessoa.

Assim, da mesma maneira que a história pessoal é uma organização do que seletivamente guarda-se na memória dos indivíduos, a história de uma empresa é também a organização do que foi seletivamente demarcado como significativo em sua trajetória. A empresa valoriza o tratamento desse seu patrimônio pelo que nele elege como importante – e em como transmite as informações históricas, no intuito de transformá-las em conhecimento (CANDAU, 2014).

Ao analisar o reflexo da narrativa histórica escrita como fator de transformação cultural e formação identitária, Candau (2014, p. 108) explica que:

[...] a escrita – e mais ainda o impresso –, permitiu, sem dúvida, a socialização da memória e a possibilidade de estocagem de informações cujo caráter fixo pode fornecer referenciais coletivos de maneira bem mais eficaz que a transmissão oral. Com grandes textos, os princípios autorizados de inteligibilidade do mundo social se tornam disponíveis não apenas para a população de letrados, mas para todos os que possuem a possibilidade de escutá-los por ocasião das grandes narrações, pregações, sermões, exortações de toda natureza que se nutrem de textos fundadores. O fato de que apenas as religiões do Livro sejam verdadeiramente religiões do proselitismo é outro sinal do poder memorial da escrita.

Os historiadores, por sua vez, são responsáveis pelo trabalho de construção social da memória. A história, apesar do aspecto científico e metodológico, pode acabar sendo parcial e responder a objetivos identitários. “Na prática, em suas motivações, seus objetivos e, por vezes, seus métodos, ela toma por empréstimo alguns traços da memória mesmo que trabalhe constantemente para dela se proteger. A história é, por essa razão, a ‘filha da memória’” (CANDAU, 2014, p. 133).

A história é a narrativa que se monta a partir de uma memória. Segundo Candau (2014, p. 107), “Heródoto escrevia ‘para impedir que não desapareça o que fazem os homens’, nem para que se torne anônimo, sem identidade, com o projeto de fazer entrar nas memórias não apenas o tempo longínquo das origens, mas aquele dos acontecimentos mais próximos”.

A historiografia é responsável ainda por representar aspectos positivos e negativos da trajetória de uma organização, possibilitando o reconhecimento de diferenças e o desenvolvimento da tolerância frente a diversidades culturais e instabilidades políticas. O fortalecimento da produção historiográfica favorece a imagem corporativa, a perpetuação da organização na sociedade, prestando-se ainda para antever o futuro, favorecendo seu planejamento estratégico e protegendo de ataques a sua atuação. Nesse sentido, Linde (2009, p. 545) afirma que:

Narration is one very important way that institutions construct their presentation of who they are and what they have done in the past, and they use these pasts in the present as an attempt to shape their future. Narrative works to establish identity, that is, to answer the question ‘Who are We?’ Narrative is also the link between the way an institution represents its past, and the ways its members use, alter, or contest, that past, in order to understand the institution as a whole as well as their own place within or apart from the institution³.

3 Narrativa é uma das mais importantes formas pelas quais as instituições constroem sua representação de quem são e o que fizeram no passado, bem como a utilização desse passado no presente em uma tentativa de moldar o futuro. Narrativas trabalham para estabelecer a identidade, que serve para responder a questão ‘Quem somos nós?’. A narrativa também é uma ligação entre o modo como a instituição enxerga seu passado e o modo como seus membros utilizam, alteram ou contestam seu passado, para entender a instituição de maneira global, bem como seu próprio lugar dentro ou fora da instituição. (tradução nossa)

A narrativa histórica é responsável pela consolidação dos valores da empresa. É ela que norteia a compreensão do presente – para o indivíduo e para a organização. A história de uma organização é uma narrativa individual, social ou organizacional estruturada com base em memórias individuais, sociais ou organizacionais. Assim, ela é uma narrativa possível entre muitas outras narrativas. O importante é entender que essa construção é alicerçada naquilo que foi ou é relevante para cada indivíduo, grupo ou organização. O que daí se coleta constitui a memória (NASSAR, 2012).

Apesar de sua importância, no que tange à formação de sua memória e identidade institucionais, a produção historiográfica da PMSC ainda é escassa e deficitária em cobrir diversos períodos da história dessa Corporação. Existem, no entanto, obras de inestimável valor, escritas por grandes abnegados que integraram os quadros da Corporação.

Destaca-se como seu principal autor o coronel Edmundo José de Bastos Júnior, que ingressou na PMSC em 1950, tendo sido chefe da Casa Militar nos governos de Celso Ramos e de Ivo da Silveira. Foi o oficial mais novo a atingir o posto de coronel, aos 35 anos de idade, e passou para a reserva não remunerada no mesmo ano, em razão de ter sido nomeado para o cargo de juiz auditor da Justiça Militar do Estado. Contudo, o autor jamais perdeu seus vínculos com a Instituição e escreveu importantes obras sobre os principais marcos institucionais e fatos que marcaram a vida da Corporação e de seus membros.

O coronel Bastos Júnior é autor dos seguintes livros: *No Tempo do Coronel Lopes* (FCC, 1983); *Polícia Militar de Santa Catarina – um pouco de História e algumas histórias* (PMSC, 1985); *Coronel Lara Ribas, PMSC – O Homem, a Carreira, o Símbolo* (PMSC, 1990); *O Milagre do Coronel Trogílio* (Garapuvu, 1998); *Diário de Campanha do capitão Osmar Romão da Silva – Revolução de 1932 – Notas Explicativas* (CBVO-PMSC, 1998); *Polícia Militar de Santa Catarina – O ‘Caso dos Treze’ e outras histórias* (Insular, 2011); *Polícia Militar de Santa Catarina – história e histórias* (Garapuvu, 2005). Esta última obra reúne informações sobre a criação da PMSC, seus primeiros regulamentos, quartéis, comandantes, episódios marcantes de sua história, ocorrências policiais graves e outros fatos importantes para a memória da Corporação⁴.

Entre os autores que também escreveram sobre a história da Corporação, destaca-se o coronel Lara Ribas, que ingressou na Força Pública de Santa Catarina na campanha de 1924, bem como participou da campanha de 1930 e 1932. Esteve à frente da Delegacia da Ordem Política e Social – DOPS, de 1938 a 1945. Percorreu todos os postos da hierarquia militar no Estado e comandou a Polícia Militar por duas vezes (1949-50 e 1961-64). Foi secretário de Segurança Pública, projetando-se também no

4 Disponível em: <www.editoragarapuvu.com.br>. Acesso em: 11 out. 2015.

meio civil, chegando à Superintendência Nacional do Serviço Social da Indústria. Escreveu sobre episódios da participação da PMSC nas Revoluções de 1924, 1930 e na Revolução Constitucionalista de 1932.

Cabe mencionar ainda a obra do coronel C. Hugo Stockler de Souza, “Do Laço Húngaro – As Estrelas”, em que o autor relata de maneira informal episódios e fatos históricos de grande importância para a PMSC; a obra do coronel Walmir Lemos, “Tombados e esquecidos: 1930 - a marcha revolucionária sobre Santa Catarina”, em que o autor resgata fatos da história da Revolução de 1930 em Santa Catarina, trazendo à luz informações baseadas em documentos que mostram desde a preparação do levante no Rio Grande do Sul até a vitória rebelde, com a derrubada do poder no Rio de Janeiro. Esta obra literária possui importantes registros da invasão e ocupação do Estado de Santa Catarina por forças revolucionárias vindas do Paraná e do Rio Grande do Sul. Por outro lado, a obra do tenente-coronel José Geraldo Rodrigues de Menezes, “Clube Barriga-Verde dos Oficiais”, resgata a história do Clube Barriga-Verde dos Oficiais Militares Estaduais, em comemoração ao seu 78º aniversário; e a biografia “Vida de caserna: uma biografia do coronel Francisco Antônio da Silva”, trata deste importante oficial que integrou os quadros da PMSC. Ainda, destaca-se a obra produzida pelo sargento Andrei Francisco Fernandes, “Polícia Militar de Santa – Origens e Evolução”, não propriamente uma obra baseada em história factual, mas sobre a evolução histórica de diversos aspectos institucionais. Por fim, convém ressaltar que:

A visibilidade que a sociedade tem da história de uma empresa e de seus gestores pode ser um ingrediente poderoso nos processos de gerenciamento de crises e concorrência. Em meio às adversidades, as empresas e gestores que têm as suas trajetórias, realizações, contribuições e atitudes bem posicionadas na sociedade podem contar com o apoio, a compreensão e a solidariedade dos públicos sociais. (NASSAR, 2004, p. 18)

Na PMSC, a despeito de seu rico passado, alicerçado nos seus mais de 180 anos de existência, verifica-se que a produção historiográfica ainda é incipiente, fazendo-se necessário o incentivo à elaboração de novas obras que ampliem o relato histórico e tragam novas perspectivas, buscando suprir as lacunas sobre fatos ainda não narrados.

2.3 MUSEU DA PMSC

O que se compreende como instituição museal foi constituído nos anos 800 d.C. Trata-se do período em que as obras de arte foram apreendidas em um conjunto ideológico que tinha como proposta central utilizar o estatuto do artístico como espelho e prova das civilizações bem-sucedidas nos ditames do modelo europeu (CHOAY, 2001).

Para Choay (2001, p. 100-101), “a reunião de obras de arte operada pelos museus buscava [...] ensinar e defender o espírito cívico, a história, assim como as competências técnicas. Tratava-se, dessa forma, de uma pedagogia para a formação de um sujeito nacional”.

Os museus são instituições de memória, funcionando como os organizadores, transmissores e formalizadores de determinados conceitos sobre o passado, não sendo imunes àquilo que Sarlo tipifica como mercado da memória (OLIVEIRA, 2008).

O museu da PMSC, constituído entre 1938 e 1945, teve em seu acervo inicial objetos e armas apreendidas pela DOPS durante a Segunda Guerra Mundial. Esse material foi doado à Força Pública, atual Polícia Militar. Em julho de 1949, foi organizado no interior da Corporação, na Sala d’Armas Coronel Marinho, junto ao Estádio Renato Tavares, onde recebeu o nome de Museu Major Lara Ribas, em homenagem ao organizador do acervo inicial.

Mais à frente, foi transferido para o salão nobre do Quartel do Comando-Geral. Em 1975, passou a funcionar nas dependências do Forte Sant’Anna, e em 1985, na sede atual, no centro de Florianópolis, próximo ao mar, à margem do Forte Sant’Anna e sob a cabeceira insular da Ponte Hercílio Luz. Em maio de 2007, o museu iniciou um processo de revitalização, visando resgatar a História da Polícia Militar, que iniciou em 5 de maio de 1835, com o lançamento da exposição: O Museu conta a História da Polícia Militar de Santa Catarina⁵.

O acervo do museu Lara Ribas é composto de armas históricas usadas pela Polícia Militar catarinense, selecionadas de 1938 a 1945, réplicas de fardamentos, fotografias, insígnias, entre outros objetos, que estão expostos permanentemente. Essa forma de preservação de objetos é essencial para o fortalecimento da memória institucional da PMSC, devendo ser incentivada e ampliada, pois além de sua função institucional, tem valor histórico-cultural para todo o povo catarinense⁶.

Os museus, portanto, quando desprovidos do caráter meramente de celebração ou de deferência, podem se transformar em importantes interfaces com a comunidade, uma vez que não só demonstram a tradição do empreendimento, mas também os referenciais identitários formados ao longo da história, materializados em objetos, documentos, imagens, inovações tecnológicas, entre outros (CHOAY, 2001).

Nos últimos anos, na construção desses espaços pelo mundo, têm sido utilizados modernos conceitos de museologia e museografia, aliados a técnicas de cenografia e design, capazes de criar ambientes interativos e estimulantes a vários tipos de público, dando suporte a ações de responsabilidade social e envolvendo atividades culturais e

5 Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/institucional/historia/museu.html>>. Acesso em: 11 out. 2015.

6 Idem.

educativas. Essa é uma tendência ainda não incorporada ao museu Lara Ribas, mas, se adotada, poderia aumentar a proximidade da PMSC com a população, tendo repercussões inclusive para o turismo da cidade.

A conservação dessa memória vem sendo relegada ao esquecimento, e poucas obras têm sido produzidas. Há pouco incentivo ao aprimoramento do museu Lara Ribas, onde são raras as exposições e os documentários institucionais. Essa situação torna premente a adoção de medidas que visem à valorização do passado institucional.

2.4 OUTRAS FORMAS DE PRESERVAÇÃO

Entre outras formas de preservação do patrimônio histórico-cultural de uma organização está a elaboração de um livro histórico-institucional, que tem como principais funções a difusão da trajetória histórica e de valores institucionais, gerando maior envolvimento de seus membros, uma vez que eles passam a conhecer mais profundamente a organização e compreendem melhor o significado de cada estágio de seu desenvolvimento e o papel específico que desempenham (WORCMAN, 2004).

A PMSC atualmente conta apenas com uma publicação que pode ser considerada um livro histórico-institucional, que é o seu álbum do centenário, intitulado “Força Pública do Estado de Sta Catharina 1835 – 1935”. Esta obra descreve pormenorizada-mente a criação, como Força Policial, e a relação de efetivo, remuneração, fardamento, personagens, regulamentos, diários de campanha, instalações, fotos e celebrações oficiais. Enfim, a obra mais completa produzida sobre o histórico da Corporação.

Exposições e produtos de suporte são produtos de pesquisa histórica que oferecem apoio às mais variadas áreas da organização e que necessitam de instrumentos de divulgação e de reforço da imagem institucional e de marcas. Abrangem desde exposições temporárias e pequenas publicações – como fôlderes e revistas internas – à produção ou complemento de apresentações, palestras, textos para relatórios anuais, perfis e relatórios de responsabilidade corporativa, bem como produtos auxiliares de programas de integração e treinamento de acompanhamento monitorado de visitantes externos.

As celebrações, por sua vez, resgatam a trajetória da empresa em datas redondas – 50, 100, 150 anos e seus múltiplos. As publicações, e mesmo os projetos de memória, são momentos em que, em geral, “a narrativa histórica torna-se explícita, e nesse processo fica evidente a compreensão que a empresa tem de seu presente e, sobretudo, a visão de seu futuro. Poder-se-ia dizer que se trata de uma visão estratégica” (WORCMAN, 2004, p. 23).

Outra possibilidade de preservar a memória da PMSC seria a criação de um Centro de Documentação e Memória, presente em diversas grandes empresas, responsá-

vel por reunir acervos audiovisuais, bibliográficos, materiais, museológicos, fotográficos, referenciais, coleções e banco de depoimentos. Essa proposta seria de grande significado para toda a construção identitária da PMSC.

Nesse contexto, a valorização de locais também é fundamental para a preservação da história da PMSC:

A razão fundamental de ser de um lugar de memória, observa Pierre Nora, 'é deter o tempo, bloquear o trabalho de esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte'. A função identitária desses lugares fica explícita na definição que é dada a eles pelo historiador: 'toda unidade significativa, de ordem material ou ideal, da qual a vontade dos homens ou o trabalho do tempo fez um elemento simbólico do patrimônio memorial de uma comunidade qualquer'. (CANDAU, 2014, p. 157)

Por fim, deve-se ter em mente que a PMSC não pode negligenciar seu relacionamento com os formadores de opinião – a imprensa e as universidades –, estabelecendo uma relação de empatia por meio da transparência com que a história é narrada, com a quebra de 'pré-conceitos' acerca da Corporação e a desmistificação de seus padrões de conduta. Assim,

Uma empresa não existe isolada do restante da sociedade. Ela faz parte de uma trama social e confunde-se com uma boa parte da história das comunidades com as quais ela interage, dos seus clientes, fornecedores, parceiros e, sobretudo, com a própria história do Brasil. É esse o melhor sentido para entender o significado da expressão Responsabilidade Histórica. Pois ao compreender o potencial de conhecimento que a história de uma empresa possui, percebe-se que, ao externá-la, a empresa faz muito mais do que uma ação de comunicação ou de recursos humanos. Ela constrói e devolve para a sociedade parte da memória do país. (WORCMAN, 2004, p. 28)

Deve a PMSC manter um relacionamento aberto com a sociedade e se utilizar de sua preservação histórica para fortalecer o vínculo com a sociedade para a qual presta seus serviços.

2.5 FORMAÇÃO DA IDENTIDADE INSTITUCIONAL

Como já mencionado, a identidade está diretamente ligada à memória e aos processos que seus membros vivenciaram, aos erros e acertos, às inovações, superações, derrotas e vitórias que marcaram sua trajetória histórica (GAGETE; TOTINI, 2004). Nesse sentido, Linde (2009, p. 554) afirma que:

Any analysis of identity is also an examination of memory. Identity, whether individual or collective, is identity through time. The very idea of identity requires at least some degree of continuity through time. An identity of this moment not

*related to the past and not remembered in the future, hardly counts as an identity at all. Memory is thus central to the concept of identity*⁶.

Pode-se definir identidade organizacional como o conjunto de referências que seus membros percebem como centrais, relevantes e distintivas acerca da organização. Candau (2014, p. 26), ao analisar o conceito de identidade coletiva, explica que “identidade (cultural ou coletiva) é certamente uma representação. [...] indivíduos percebem-se membros de um grupo e produzem diversas representações quanto à origem, história e natureza desse grupo”.

Para Hall (2014, p. 37-38), a identidade é definida histórica e culturalmente, pois, ao comparar as relações identitárias nas sociedades tradicionais e modernas, afirma que:

A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia. Ao invés disso, à medida que os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, somos confrontados por uma multiplicidade desconcertante e cambiante de identidades possíveis, com as quais poderíamos nos identificar a cada uma delas – ao menos temporariamente. [...] As sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Essa é a principal distinção entre as sociedades ‘tradicionais’ e as ‘modernas.’ Anthony Giddens argumenta que ‘nas sociedades tradicionais, o passado é venerado e os símbolos são valorizados porque contêm e perpetuam a experiência das gerações. A tradição é um meio de lidar com o tempo e o espaço, inserindo qualquer atividade ou experiência particular na continuidade do passado, presente e futuro, os quais por sua vez, são estruturados por práticas sociais recorrentes.’ A modernidade, em contraste, não é definida apenas como experiência de convivência com a mudança rápida, abrangente e contínua, mas é uma forma altamente reflexiva de vida, na qual ‘as práticas sociais são constantemente examinadas e reformadas à luz das informações percebidas sobre aquelas próprias práticas, alterando, assim, constitutivamente, seu caráter.

Dessa forma, percebe-se que na contemporaneidade há uma tendência de fragmentação identitária, fazendo com que pessoas se sintam desorientadas e busquem uma identidade que lhes sirva de referência e garanta estabilidade no mundo em que vivem.

Worrcman (2004, p. 128) ressalta a importância da história das organizações, diante de um cenário onde “prevalece o culto cego ao eternamente novo, à juventude, ao moderno, categorias tomadas como critério absoluto de qualidade numa época orga-

6 Uma análise da identidade é também um exame da memória. Identidade, individual ou coletiva, é identidade independentemente do tempo. A ideia real de identidade requer ao menos algum grau de continuidade no tempo. Uma identidade desse modo não relacionada ao passado e não lembrada no futuro dificilmente conta de fato como uma identidade. Memória é, portanto, central ao conceito de identidade. (tradução nossa)

nizada em torno do consumo e do consumismo”. Há uma necessidade de um sentimento de pertença a determinado grupo e uma vinculação que posicione o indivíduo na sociedade em que vive.

Torna-se fundamental, portanto, que no ambiente corporativo o funcionário esteja integrado à cultura de sua empresa para que possa desempenhar bem sua função. Na Polícia Militar catarinense, seus integrantes devem sentir-se parte da Instituição, incorporar seus valores, tradições e cultura, a fim de que bem possam desempenhar sua atividade, com dedicação e comprometimento, cientes da responsabilidade social de sua atuação e de seu protagonismo na construção da história da PMSC. Essa necessidade de integração à cultura organizacional é algo tão forte que “um profissional que não é compatível (seus atributos essenciais não estão alinhados com os da empresa) não consegue permanecer muito tempo no emprego. A pessoa começa a ficar insatisfeita, logo pede para sair ou então é demitida” (FASCIONE, 2010, p. 55).

Os gestores devem estar cientes de que existem estratégias para veicular e incutir determinada cultura a um público-alvo. Ao analisar as estratégias representacionais acionadas para construir o senso comum de pertencimento e identidades nacionais, Hall (2014, p. 31-32) elenca:

Em primeiro lugar, há a narrativa da nação, tal como é contada e recontada nas histórias e nas literaturas nacionais, na mídia e na cultura popular. Essas fornecem uma série de histórias, imagens, panoramas, cenários, eventos históricos, símbolos e rituais nacionais que simbolizam e representam as experiências partilhadas, as perdas, os triunfos e os desastres que dão sentido à nação. Como membros de tal ‘comunidade imaginada’, nos vemos, no olho de nossa mente, como compartilhando dessa narrativa. Ela dá significado e importância a essa monótona existência, conectando nossas vidas cotidianas com um destino nacional que preexiste a nós e continua existindo após nossa morte. [...] Em segundo lugar, há uma ênfase nas origens, na continuidade, na tradição e na intemporalidade. [...] Uma terceira estratégia discursiva é constituída por aquilo que Hobsbawm & Ranger chamam de invenção da tradição: “Tradições que parecem ou alegam ser antigas são muitas vezes de origem bastante recente, algumas vezes inventadas...” ‘Tradição inventada’ [significa] um conjunto de práticas, de natureza ritual ou simbólica, que buscam inculcar certos valores e normas de comportamentos através da repetição, a qual, automaticamente, implica a continuidade com um passado histórico adequado.

De fato, conforme menciona Hall, estratégias identitárias como símbolos, nome, ambiente, atendimento, missão, visão, documentos e propaganda são fundamentais para consolidação da identidade institucional e de seus valores. Essas estratégias permitem que os membros de uma organização se identifiquem com seus propósitos e se sintam plenamente integrados, bem como ao perceberem o valor de sua participação,

passam a desempenhar com maior dedicação e comprometimento suas atividades funcionais. Essa integração é responsável por criar aquilo que Candau chamou de identidade profissional.

A aquisição de uma identidade profissional ou, mais genericamente, de uma identidade vinculada a poderes e saberes não se reduz apenas a memorizar e dominar certas habilidades técnicas: ela se inscreve, na maior parte dos casos, nos corpos mesmos dos indivíduos [...] Podendo determinar atitudes e condutas, a transmissão protomemorial se faz sem pensar, age sobre os indivíduos de maneira involuntária, advém da imersão na sociedade, desde a primeira infância, mais do que de uma transmissão explícita. Ela conserva, reitera e reproduz bem mais do que transforma, cria e reconstrói. Possui como característica ‘a amnésia da origem, que nasce do costume’ [...] Essa forma de transmissão é particularmente atuante em numerosos rituais humanos (como de passagem, por exemplo), evoca a ordem social ao mesmo tempo em que evoca a memória com objetivo de afirmar a continuidade de uma sociedade ou de um grupo ‘a despeito da ameaça de morte’ que os acompanha a todo instante’. (CANDAU, 2014, p. 119)

Além da integração de seus membros, uma identidade bem delimitada é fundamental para a gestão dos objetivos institucionais. A importância de se definir bem a identidade de uma empresa começa pela necessidade de autoconhecimento.

Sem saber quem ela é realmente, como uma organização pode fazer seu planejamento estratégico, definir missão, visão e valores? Como pode elaborar um plano de comunicação, se ele corre o risco de comunicar algo que contradiz a essência da empresa? (FASCIONE, 2010, p. 66)

Fascione (2010, p. 67), ao discorrer sobre a importância de uma identidade institucional para a boa gestão da organização, afirma que “conhecer a própria identidade é de suma importância nas situações de crise ou tomadas estratégicas de decisão”. Com o conhecimento dos atributos essenciais da empresa, torna-se mais fácil posicioná-la de forma coerente frente ao mercado, aos seus colaboradores e aos acionistas.

O planejamento estratégico, ferramenta importantíssima para a gestão da empresa, se tornaria mais produtivo se fosse elaborado depois de definida a identidade da organização. Assim, ele seria mais coerente e realista, pois há casos em que a missão, a visão e os valores são completamente incompatíveis com a identidade da empresa, o que faz com que sejam verdadeiras peças de ficção corporativa (FASCIONE, 2010).

Nesse sentido, problemas acontecem quando a identidade não é claramente definida ou percebida dentro de uma organização.

O que acontece, muitas vezes, é que a identidade ‘identificada’ pelo alto escalão nem sempre é a representação genuína da corporação. Na vida real, a

identidade corporativa é muito mais eficientemente comunicada por meio de pensamentos, ações, comportamentos de seus servidores. Os funcionários conhecem bem a cultura da empresa e conseguem identificar intuitivamente alguns atributos essenciais, já que o que faz uma empresa são as pessoas que trabalham nela. São essas pessoas que constroem a sua cultura, a sua identidade organizacional e, em última instância, sua identidade corporativa. (FASCIONE, 2010, p. 54)

Ressalta-se, desse modo, a importância que a participação dos servidores tem na formação da identidade institucional, que não só devem se sentir integrados, mas também precisam ser ouvidos quanto aos rumos e decisões a serem adotados pela organização, bem como na identificação de objetivos institucionais.

Para a PMSC, seus valores, suas tradições e sua cultura conjugam-se para o fortalecimento da identidade institucional. Essa identidade é imprescindível para a plena integração de seus membros na atividade que desempenham, na medida em que se sentem parte da Instituição.

Da mesma maneira, a consolidação identitária influencia diretamente a atividade dos gestores no que tange ao planejamento estratégico da corporação, que deve estar alinhado com sua trajetória histórica, de modo a definir com exatidão seus propósitos e rumos organizacionais.

2.6 IMAGEM E REPUTAÇÃO INSTITUCIONAL

O conhecimento do passado da PMSC relaciona-se diretamente à construção de sua imagem e ao fortalecimento de sua reputação, estabelecendo um sentimento de confiança da população, necessário ao efetivo desempenho da atividade policial militar. Para Fascione (2010, p. 56), a “imagem é a representação mental, no imaginário coletivo, de um conjunto de atributos e valores que funcionam como um estereótipo e determinam a conduta e as opiniões dessa coletividade”. A autora explica que:

O processo de formação da imagem é sempre bastante complexo, pois é o resultado de uma abstração que cada indivíduo forma em sua mente a partir de operações de simplificação com atributos mais ou menos representativos para ele. Esses atributos são, em sua maioria, provenientes de três fontes de informação: os meios de comunicação de massa, as relações interpessoais e a experiência pessoal. **Assim pouco adianta a empresa investir milhões em campanhas publicitárias dizendo que ama seus clientes se seus amigos e sua experiência pessoal dizem o contrário. Em resumo, a imagem corporativa é constituída por retalhos do que a empresa é, o que faz e o que diz.** O indivíduo irá costurar esses retalhos de acordo com seus filtros, suas crenças e o conjunto de experiências subjetivas anteriores”. (FASCIONE, 2010, p. 59, grifo nosso)

Esse entendimento de que a imagem não se faz apenas de propaganda e comunicação social é fundamental para a construção da reputação institucional. Não basta apenas uma divulgação maciça de que a PMSC é uma excelente instituição, se a experiência da população diz o contrário.

Do mesmo modo, não adianta agir sem que se dê o conhecimento do que se está fazendo e do que se fez até então. A divulgação de suas ações, amparada em sua trajetória histórica, confere à PMSC a credibilidade e confiança necessárias ao bom desempenho de suas funções, tendo a população como sua aliada. “Assim, não basta parecer; também é necessário ser, pois está cada vez mais fácil demonstrar farsas. Ser ético é imprescindível, mas não suficiente” (FASCIONE, 2010, p. 64). Para Nassar (2012, p. 128),

As organizações são percebidas, lembradas e narradas de inúmeras formas pela sociedade, pelos mercados, pelos públicos e pelos indivíduos. Uma das formas mais importantes é definida pela história e pelas diferentes formas de memória dessa história, que os protagonistas sociais têm das organizações como um todo e também em suas expressões individuais. As organizações, como os indivíduos, não existem fora da sociedade, e assim são participantes, mesmo na omissão, dos acontecimentos sociais.

Ressalta-se que a “reputação é, na verdade, um juízo de valor que se efetua sobre a imagem. Reputação é o resultado do apreço dos distintos públicos que têm algum tipo de relação com uma empresa” (FASCIONE, 2010, p. 62). É notório que a reputação repercute na relação de confiança que o público terá com determinada instituição: “A reputação da empresa é tão importante que pode fazer ações subirem ou descerem, as compras aumentarem ou diminuir, os funcionários ficarem mais satisfeitos ou fazerem uma greve” (FASCIONE, 2010, p. 64).

No processo de formação da imagem, ressalta-se que a busca pela legitimidade na sociedade é “uma demonstração de que essas organizações são suscetíveis às críticas e pressões sociais, ou ainda, procuram restabelecer um processo de purificação de suas imagens e de suas reputações comprometidas por ações passadas” (NASSAR, 2012, p. 130).

A estruturação desses processos de fortalecimento, defesa e construção da imagem das organizações e, por extensão, de instalações, bens e serviços, pessoas e líderes que as integram, tem acontecido de forma crescente nas ações relacionais e comunicacionais das empresas e instituições, no Brasil e no mundo.

A PMSC deve estar ciente de que os discursos organizacionais, para serem bem aceitos, devem ser construídos com base nos seus valores, tradições e cultura, que decorrem daquilo percebido como sua história. Nesse sentido, sobre a atuação da organização: “as relações públicas devem estabelecer políticas e planejamentos voltados

à utilização da história empresarial como parte de seu pensamento e de suas ações, ampliando sua presença como disciplina ética, transparente e comprometida com a verdade” (NASSAR, 2012, p. 59-60).

Assim, para a empresa responder à sociedade com legitimidade, de maneira que ela possa preencher ambas as necessidades e preservar, planejar e agir de forma a manter indefinidamente as condições indispensáveis para a vida atual e futura, é preciso que a empresa seja vista a partir de uma linha do tempo, na qual se possa fazer uma análise atitudinal, se perceba a energia dinâmica que transita entre passado e futuro, que permite entender o presente e inferir quais impactos serão gerados. Para reconhecer uma empresa, avaliá-la com coerência e responsabilidade, crer em seu discurso e estabelecer uma relação de confiança, é preciso olhar sua trajetória no tempo, na perspectiva histórica, que contém todas as responsabilidades – cumpridas ou não. (NASSAR, 2012, p. 133)

Por conseguinte, a imagem e reputação são aspectos externos de sua identidade que devem ser valorizados pela instituição para que goze de credibilidade junto à população para a qual seus serviços são voltados. Ressalta-se que essa credibilidade decorrente da boa reputação só será legítima se a relação pública e comunicação social estiverem amparadas em uma conduta eficiente e pautadas em seus valores e tradições, calcadas em sua trajetória histórica.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo demonstrou a importância da preservação da memória institucional para a PMSC, não apenas como uma questão de documentação histórica, mas como uma estratégia fundamental para a consolidação de sua identidade e de fortalecimento de seus valores e tradições.

3.1 CONCLUSÕES

Verificou-se que, com o fortalecimento de valores e tradições da PMSC, a legitimidade de atuação social aumenta consideravelmente, e a Instituição fica resguardada diante de questionamentos daqueles que desconhecem as peculiaridades de sua atividade.

Viu-se que documentos, fotografias, materiais de trabalho, publicações relevantes, devem ser preservados para que se possa transmiti-los às gerações posteriores, fortalecendo assim a identidade da Corporação. Percebeu-se que há escassez de estudos na

área, tornando premente a necessidade de valorização de estudos que tenham por fim preservar a memória institucional, garantindo sua identidade e legitimação social.

Observou-se que o fortalecimento da identidade institucional produz efeitos diretos sobre a atividade da Corporação, percebendo-se a influência sobre seus integrantes, que passam a entender a importância do trabalho realizado na história da Instituição, com repercussões ainda sobre seu planejamento estratégico, na definição de visão, missão e valores da corporação. Por outro lado, a melhora da imagem e reputação institucional aproxima a população da PMSC garantindo assim o apoio necessário ao desempenho das atividades.

3.2 RECOMENDAÇÕES

Constatou-se que, apesar de toda a importância do tema “memória institucional”, este vem sendo relegado a segundo plano na PMSC. Verificou-se que há escassa produção historiográfica, com pouco incentivo ao museu Lara Ribas e à criação de documentários, publicações, exposições e eventos que divulguem a trajetória histórica da PMSC, aproximando a Instituição de seu público-alvo, fortalecendo a legitimidade de sua atuação social e garantindo, em última instância, a própria existência da Corporação.

Entre diversas formas de preservação, sugere-se a criação de um Centro de Documentação e Memória, responsável por reunir acervos audiovisuais, bibliográficos, materiais, museológicos, fotográficos, referenciais, coleções e banco de depoimentos. Essa proposta contribuiria significativamente para a construção identitária da PMSC.

REFERÊNCIAS

CANDAU, Joel. **Memória e identidade**. Trad. Maria Leticia Ferreira. São Paulo: Contexto, 2014.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. Trad. Luciano Vieira Machado. São Paulo: UNESP, 2001.

EDITORA GARAPUVU. **Edmundo José de Bastos Júnior**. Disponível em: <www.editoragarapuvu.com.br>. Acesso em: 11 out. 2015.

FASCIONE, Lígia. **DNA empresarial: identidade corporativa como referência estratégica**. São Paulo: Integrare Editora, 2010.

GAGETE, Elida; TOTINI, Beth. Memória empresarial: uma análise de sua evolução. *In*: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomaz da Silva e Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LINDE, Charlotte. **Working the past narrative and institutional memory**. New York: Oxford University Press, 2009.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: Unicamp, 2003.

NASSAR, Paulo. **Sem memória, o futuro fica suspenso no ar**. In: _____. **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

_____. **Relações públicas: a construção da responsabilidade histórica e o resgate da memória institucional das organizações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora SENAC Rio, 2012.

OLIVEIRA, Emerson Dionísio Gomes de. Fragmentos de cumplicidade: arte, museus e política institucional. **Métis: história e cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 33-55, Jan/Ago 2008.

PORTAL DA POLÍCIA MILITAR DE SANTA CATARINA. **Museu**. Disponível em: <<http://www.pm.sc.gov.br/institucional/historia/museu.html>>. Acesso em: 11 out. 2015.

VOGT, Paulo Olegário. Patrimônio cultural: um conceito em construção. **Métis: história e cultura**, Caxias do Sul, v. 7, n. 13, p. 13-31, Jan/Ago 2008.

WORCMAN, Karen. Memória do futuro: um desafio. In: NASSAR, Paulo (Org.). **Memória de empresa: história e comunicação de mãos dadas, a construir o futuro das organizações**. São Paulo: Aberje, 2004.

Obras consultadas

BASTOS JÚNIOR, Edmundo José de. **Coronel Lara Ribas, PMSC: o homem, a carreira, o símbolo**. Florianópolis: PMSC, 1990.

_____. **O milagre do coronel Trogílio e outras histórias milicianas**. Florianópolis: Garapuvu, 1998.

_____. **Polícia Militar de Santa Catarina: história e histórias**. Florianópolis: Editora Garapuvu, 2006.

_____. **Polícia Militar de Santa Catarina: o caso dos treze e outras histórias**. Florianópolis: Insular, 2011.

_____. **No tempo do coronel Lopes**. Florianópolis: Insular, 2014.

SOUZA, Cel. Hugo Stockler. **Do laço húngaro: as estrelas**. Vila Velha: Above Publicações, 2011.

ABSTRACT

This article approaches the institutional memory and its preservation forms, with the objective to analyze the identity and institutional repercussions to Military Police of Santa Catarina. It is used the deductive method through bibliographical review in sociological works, which study the organizational memory and identity, as well as history references relevant to institutional memory of Military Police of Santa Catarina. It exposes as result the scarce history, museum, documental production and other ways to strengthen the identity of the Institution. It concludes that is necessary to aware the Military Police of Santa Catarina managers to adopt measures in the way to preserve institutional memory elements and it suggests the creation of a Documentation and Memory Centre, responsible to reunite audiovisual, bibliographical, material, museum, photographic, references and testimony bank collections.

Keywords: Institutional memory. Identity. Values. Organizations.